Setor de educação não faz "lição de casa", afirma KPMG
Roberta Campassi

Concorrência acirrada, uma onda de aquisições e quatro aberturas de capital entre empresas de ensino superior ainda não foram suficientes para alterar as práticas das instituições de capital fechado no que diz respeito à falta de controle financeiro e informalidade. Essa é a avaliação do sócio da área de auditoria da KPMG, Marcos Boscolo, especializado em educação.

"Em relação a outros setores, as empresas educacionais têm uma lição muito grande a fazer", afirmou Boscolo, na terça-feira, durante evento gratuito para empresários de ensino superior promovido pela KPMG, que vende serviços de auditoria e consultoria. "Ainda há problemas realmente básicos na contabilidade de muitas delas."

Segundo Boscolo, as empresas educacionais freqüentemente misturam despesas da instituição e dos seus controladores, deixam de registrar parte dos gastos e despesas, não elaboram balancetes periodicamente e usam práticas rudimentares de contabilidade. Também é comum, diz o executivo, que não façam provisões para perdas com processos judiciais e que desconheçam seus custos operacionais. "Em vez de estabelecer o valor do curso com base no quanto o programa custa para a empresa, a mensalidade é definida pelo preço da concorrência", conta.

A precariedade desse controle de custos resulta numa oferta de cursos deficitários, que deixam as instituições em situações financeiras problemáticas. "Essa é a falha mais crítica das empresas de ensino superior", afirma Rodrigo Capelato, diretor executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp). "A gestão financeira é chave num momento de consolidação e concorrência acirrada", diz.

Há cerca de seis anos, segundo Capelato, as instituições de ensino começaram a elevar a oferta de vagas em ritmo superior ao crescimento da demanda, de forma que a disputa por alunos e as guerras de preços aumentaram. A competição se acirrou ainda mais depois que algumas empresas conseguiram se capitalizar e crescer por meio de aquisições.

O número de transações se multiplicou desde que quatro companhias de educação abriram capital na bolsa de valores - Anhanguera, Estácio, Kroton e SEB -, no ano passado. Até setembro de 2006, conforme dados da KPMG, apenas duas transações haviam sido registradas. No mesmo período de 2007, o número já havia saltado para 18 e, até setembro deste ano, já são 41 - só outubro registrou seis negócios. Educação é o terceiro setor com maior número de aquisições no ano, atrás apenas dos segmentos de tecnologia e de alimentos e bebidas.

A precariedade dos balanços e dos controles dentro das instituições de ensino já foi apontada diversas vezes como uma das barreiras para operações de aquisição e até à sobrevivência das empresas. "No início da negociação, é tudo lindo. Mas quando você começa a analisar a empresa à venda, descobre que ela paga os professores por fora, que os números não batem e há prejuízo", conta Chaim Zaher, presidente da SEB, cuja aquisição mais recente, a Praetorium, foi anunciada nesta semana.

Segundo Boscolo, quem compra assume a responsabilidade de reorganizar a empresa comprada, mas desconta esse trabalho no preço pago pelo negócio.

Carlos Simões, sócio da KPMG na área de consultoria financeira, afirma que os números distorcidos das empresas são um obstáculo para fundos de participações. "Alguns fundos de private equity começam analisando cem empresas para comprar, mas só duas ou três chegam ao processo final de negociação", diz Simões.

Apesar das barreiras, esses fundos permanecem interessados em adquirir empresas de educação e têm aproximadamente R$ 3 bilhões reservados para investimentos no setor. Para Simões, os fundos tornaram-se uma fonte importante de recursos num momento em que uma

Utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais

crise de liqüidez vai tomando forma. Entre aqueles que já investiram no setor estão o GP, com participação na Estácio; o UBS, na Fanor, e o Pátria, na Anhanguera.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 30 out. 2008, Empresas & Tecnologia, p. B6.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais